



Sociologia e Conflitos Ambientais

Autora: Marília Pinheiro Rosa de Castro

2º semestre/ 2017

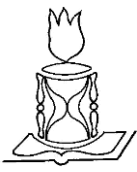
Texto Teórico

Introdução ao tema

É apenas a partir do início da década de 70 que o meio ambiente vai sendo pensado como objeto epistêmico das ciências sociais e particularmente na sociologia. O desenvolvimento de reflexões acerca da relação Sociedade - Natureza nessas áreas está intimamente relacionado com a disseminação, no debate público, da discussão ambiental.”

Segundo Almeida (2005), a transformação do ambiente em uma verdadeira “questão” (a chamada “questão ambiental”) se dá não apenas a partir da consideração acadêmica dos problemas ambientais como frutos do modelo urbano-industrial de desenvolvimento, mas também de um debate político já então se institucionalizando acerca desses problemas.

Buscaremos aqui dar conta, mesmo que de maneira sucinta, das principais linhas de investigação e abordagens na sociologia (socio)ambiental, primeiramente à



nível internacional, para então refletir sobre como essas abordagens foram adaptadas e transformadas pelos teóricos brasileiros.

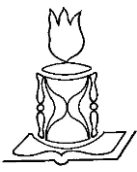
De acordo com Hannigan (1997), a sociologia careceria de corpo teórico para guiar investigações particulares sobre a relação entre sociedade e natureza, o que se dá pelo fato dos pioneiros da sociologia (Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim) participarem de um paradigma fortemente antropocêntrico. Mettledi (2003) em sua revisão sobre a sociologia ambiental interpreta que, nesta relação com os clássicos da sociologia para a delimitação da nova área, pode-se observar uma oscilação entre dois movimentos: um de redefinição do estatuto disciplinar e um de acomodação à tradição disciplinar.

1. A natureza como questão sociológica no âmbito internacional: movimentos de releitura e movimentos de ruptura com a tradição sociológica

A natureza pensada a partir dos conceitos e tradições sociológicas consolidadas

Segundo Mettledi (2003) aqueles que optaram pela utilização de conceitos e abordagens já estabelecidas da sociologia se dividem em dois principais grupos: (1) os sociólogos que dedicaram-se a reler os clássicos sob essa nova ótica e (2) aqueles que optaram por subordinar a análise dos problemas ambientais às abordagens empregadas para o entendimento de outros problemas sociológicos, o que orientou uma “renovação do debate sociológico, conformando uma guinada ambiental da sociologia (Mettledi, 2003, p. 3), na qual mesmo os teóricos não identificados com tal questão passam a dar importância às relações socioambientais. É o caso de Beck (1992), que afirma que o paradigma da escassez estaria sendo substituído pelo paradigma do risco, no qual a crescente expropriação ecológica do estoque planetário (de ar, água, alimentos) está gerando novos riscos (químico, nucleares, biogenéticos) que seriam, segundo Fleury, Almeida e Premebida (2014) produzidos industrialmente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente.

Quanto ao primeiro eixo interpretativo, daqueles que optaram por pensar a questão ambiental a partir do arcabouço teórico e conceitual já consolidados na sociologia, encontramos autores dedicados à releituras dos clássicos, especialmente



de Karl Marx, visando delas extrair subsídios. Parece interessante aprofundar-nos um pouco mais neste ponto. Primeiro, porque a obra de Marx teve grande influência acadêmica e política para uma série de outras abordagens sociológicas e do movimento ecológico¹, e segundo porque, como veremos adiante, o marco da questão ambiental na sociologia e antropologia latinoamericanas parece estar centrado na questão prática e política dos conflitos socioambientais e disputas pelas modalidades de usufruto da terra.

Brevemente, questionemo-nos: o que falava Marx sobre a natureza? Nos “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”, Marx escreve sobre a inter-relação intensa entre todos os seres vivos, a qual nos é ocultada na aparência, de maneira que vivemos como se fossemos sujeitos de todo o mundo natural, que é o objeto, ou como se nossa vida fosse individual e apartada:

A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela. Tal como o trabalho alienado: 1) aliena a natureza do homem e 2) aliena o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, assim também o aliena da espécie. Ele transforma a vida da espécie em uma forma de vida individual (MARX, 2004, p.13)

Alienar o homem da natureza (enquanto lugar de subsistência e onde a vida é possível), através da propriedade privada, é torná-lo um alienado da própria vida: “homem alienado, trabalho alienado, vida alienada, e homem afastado” (MARX, 1844). Essa discussão aprofunda nossa percepção da distância em que estamos de uma relação realmente justa e horizontal com a natureza – em outras palavras, fornece uma visão melhor do enorme processo de objetificação e exploração sobre pelo qual as nossas relações entre pessoas e entre animais são construídas.

Apesar disso, Löwy (2014) defende que, se a questão ecológica de fato não ocupa um lugar nem perto de central na obra de Marx, sua crítica com Engels é fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical. Para Abramovay

¹ Movimentos como os que Diegues (2008) chama de “novos ecologismos” que se subdividem em alguns grupos específicos, tais quais a ecologia política, ecologia profunda, ecologia social, etnoecologia, ecologia humana, ecologia neofuncionalista, ecologia processual, ecologia espiritual e o próprio eco-socialismo.



(1998), as razões pelas quais o campesinato está praticamente ausente² é antes pela estrutura interna e ontológica da obra de Marx, que por um simples “etnocentrismo” como dão a entender alguns críticos.

Resumidamente, na produção capitalista, segundo a teoria marxista, o produtor e seu produto não levam em si a dupla condição de um trabalho privado e ao mesmo tempo social (da coisa útil que também é valor), mas pelo contrário, essas condições são divididas em figuras sociais polares. Na classe operária, está o trabalho universal e abstrato que cria os elementos sociais que possibilitam a reprodução da vida material; e na classe burguesa está o trabalho particular, o caráter privado do modo de ser do mundo mercantil (ABRAMOVAY, p. 33). Ou seja, a divisão da sociedade entre proletariado e burguesia não é mais um instrumento analítico do cientista social, mas a própria sociedade capitalista em sua contradição primordial entre o caráter privado e social do trabalho.

Releituras são, portanto, muito relevantes e a contribuição de Marx e Engels para uma sociologia ambiental crítica também parece necessária. É nesse sentido que Alan Schnaiberg (1980) e James O'Connor (1994) defendem o que se poderia chamar de um “marxismo ambiental”. Schnaiberg (1980) afirma haver uma relação contraditória entre o ecossistema e a expansão econômica (o moinho de produção capitalista) e o equilíbrio ecológico, levando a uma síntese da escassez planejada; enquanto O'Connor (1994) acrescenta ao esquema marxista a natureza como uma terceira categoria, de igual importância às de capital e trabalho.

As críticas feitas sobre esse programa afirmam ser insuficiente a crítica do capitalismo pela devastação ambiental, pois deixa de fora da análise os problemas ambientais gerados também pelo socialismo soviético. Porém, diversos autores ecossocialistas e da ecologia política não deixam de lado essa reflexão, nem a preocupação com o antropocentrismo na maior parte das leituras marxistas. Michel Löwy, por exemplo, explica que o ecossocialismo, desde seu surgimento até a criação da Rede Ecossocialista Internacional em 2007, “se distingue tanto das variantes produtivistas do socialismo no século XX – a social-democracia ou o

² É por isso que, para Abramovay (1998) as duas obras clássicas da questão agrária socialista – O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, de Lênin (1899/1969), e A Questão Agrária, de Kautsky (1899/1980) – não podem ser entendidos como “aplicações da teoria marxista”, mas muito mais como frutos das lutas políticas nas quais se inseriam os autores.



'comunismo' de tipo estalinista – quanto das correntes ecológicas que se acomodam, de uma ou outra forma, ao sistema capitalista” (2014, p. 9).

A natureza pensada a partir de rupturas e críticas aos paradigmas sociológicos consolidados

Se todos os autores mencionados acima optaram por uma continuidade (crítica e com reestruturações) com as abordagens sociológicas solidificadas até então, aqueles dos quais falaremos a seguir são aqueles que buscaram questionar (com níveis variados de aprovação dos pares) e romper com a dicotomia natureza – cultura inerente à disciplina.

Na década de 80, com o objetivo de ressaltar o antropocentrismo enraizado na leitura sociológica até então, Catton e Dunlap (1980) propuseram uma separação da sociologia entre dois grandes paradigmas, cujo ponto de corte seria a centralidade do ambiente na análise. O modelo do HEP/NEP, composto pelas siglas em inglês de Paradigma da Excepcionalidade Humana (Human Exemptionality Paradigm) e Novo Paradigma Ecológico (New Ecological Paradigm). O primeiro se caracteriza pelas premissas de que “a) o ser humano é uma criatura singular, pois tem uma cultura; b) a cultura pode variar quase que infinitamente e pode mudar muito mais rápido que as características biológicas; e c) a acumulação cultural significa que o progresso pode continuar sem limites, possibilitando a solução”. O segundo se funda a partir das seguintes premissas: a) os seres humanos são apenas uma das muitas espécies que de maneira interdependente estão envolvidas nas comunidades bióticas que moldam nossa vida social; b) as complexas ligações entre causa e efeito e o feedback na trama da natureza (web of life) produzem muitas consequências não voluntárias a partir da ação social intencional; e c) o mundo é finito, existindo assim limites potenciais físicos e biológicos que reprimem o crescimento econômico, o progresso social e outros fenômenos da sociedade. (Catton; Dunlap, 1980 apud Fleury, Almeida e Premebida, 2014).

Porém, apesar de reconhecida e pioneira, a tentativa de Catton e Dulap (1980) de redefinição do campo disciplinar e de contestar a raiz antropocêntrica da sociologia recebeu uma série de críticas. As principais delas foram no sentido de

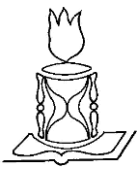


utilizarem preceitos demasiado abstratos em seus surveys e pesquisas, prejudicando a análise da pesquisa em geral.

A próxima linha de investigação, que se desenvolve também a partir da década de 80 e crescentemente até os dias de hoje, e que levaria a cabo um projeto de redefinição epistêmica e apresentaria uma opção crítica ao antropocentrismo nos estudos socioambientais seria aquela dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia". Apesar dos diferentes caminhos trilhados pelos antropólogos, sociólogos e filósofos da ciência e da tecnologia (Callon, 1986; Haraway, 1991; Latour, 1994; Stengers, 1997), há um ponto em comum entre eles que é a elaboração de uma linguagem para os "híbridos, isto é, para explicar as realidades da experiência humana que emergem como aquisições conjuntas de empreendimentos técnicos, científicos e sociais" (Jasanoff, 2006, p. 17), através dos quais se discute o ordenamento da natureza pelo conhecimento e tecnologia, e o ordenamento da sociedade pelo poder e a cultura (Idem., 2006).

Um dos maiores nomes dessa proposta é Bruno Latour, o qual parece ter como diferencial não apenas expor a oposição entre natureza – cultura entre os Modernos, como também a de propor uma explicação para ela, bem como a elaboração de uma teoria (Teoria Ator-Rede) que permite a percepção da articulação entre actantes humanos (governadores, empresários, população local, cientistas, etc.) e não-humanos (camada de ozônio, bactérias, rios, etc.), os quais atravessam a oposição bicameral entre sociedade e natureza, criando mediadores e o que ele chama de "redes sociotécnicas".

Em "Jamais fomos Modernos" (1994) o autor expõe que os Modernos vivem a partir de uma "Grande Divisão" entre Natureza e Cultura – o que pode ser observado nos mais importantes tratados filosóficos, políticos, antropológicos e sociológicos modernos: da passagem para a sociedade dos contratualistas até a passagem da natureza para cultura localizada por Lévi-Strauss. Essa oposição nos leva a cair em binarismos simplistas e consolidados, tais como "ciências naturais" (que tratam de fatos) e "ciências humanas" (que tem interpretações); ou mesmo nos faz ter de optar entre um naturalismo ingênuo (como se tudo fosse naturalmente determinado) e um construtivismo que apaga qualquer interrelação entre os diferentes seres.



Tal separação ontológica da modernidade, segundo Latour, traz em si a permissão para a realização despreocupada de experimentos e atividades, porque um domínio não interferirá no outro. Para os povos indígenas, por exemplo, para quem ontologicamente os domínios do natural e do cultural se afetam e influenciam, sendo muitas vezes um único domínio, passa a existir a necessidade de se ser muito mais consequente com experimentos e atividades, porque elas podem causar um desequilíbrio em múltiplos níveis (ecológicos, sociais, corporais, espirituais, etc.). Por exemplo, uma decisão política pode causar um desequilíbrio natural, e uma mudança natural pode afetar o estado de saúde de uma pessoa. Os “modernos”, por outro lado, são menos consequentes quanto aos perigos do que Latour chama de fabricação de “híbridos” (encontros entre natureza e cultura – tais como robôs, transgênicos, uma série de sintéticos, ou mesmo hidrelétricas, garimpos, etc.), não respeitando seus perigos.

Isso teria permitido um desenvolvimento superacelerado das tecnologias que possibilitam, para elencar alguns perigos, a devastação da natureza como tem ocorrido, o desenvolvimento de super-vírus e mesmo o risco de extinção de sementes crioulas devido a monocultura e os transgênicos. Em resumo, poderíamos dizer, a partir das reflexões do sociólogo, que nossa relação com a natureza é hierárquica porque vemos nossas culturas humanas como delas apartadas (devido a alguma questão histórica como a nossa - supostamente única – racionalidade), em um esforço constante de purificação dos domínios, para usar as palavras de Latour. Mas essa separação se dá apenas no nível que ele chama de Constituição (o nível do discurso e leis sociais), porque no nível das práticas, nós vivemos misturando natureza e cultura – e vendo uma interferir na outra desde sempre. Essa é a explicação do nome do livro: “jamais fomos modernos”.

Nessa linha de ruptura e reflexão, Blue e Rock (2014), levando em conta nossa constituição enquanto sujeitos “modernos” - que se veem “os únicos agentes sobre o mundo natural”, e ainda por cima apartados dele -, alertam que, nessa lógica, os não-humanos servem como um “constitutive outside” (2014, p. 511), ou “exemplos negativos” que permite com que os humanos, em oposição a eles, definam sua própria subjetividade. Ou seja, nas palavras das autoras: “animals are often perceived as lacking in the fundamental capacities – such as speech,



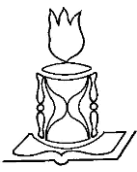
rationality, and autonomy – which enable humans to be political subjects.” (BLUE e ROCK, 2014, p. 511).

“Cosmopolítica” como empregado por Stengers (2003) e Latour (2007) são as políticas da crise da modernidade: aquelas feitas para criar um mundo comum e que deve ser realizada com esses outros, os não-modernos - como as comunidades locais e tradicionais, os não-humanos (desde artefatos científicos até os rios, etc.) e mesmo com as forças sobrenaturais, que também entram em jogo nas decisões e ações políticas. A pós-disciplinariedade e a abertura para diferentes regimes de conhecimento são características centrais aqui.

Assim, é possível perceber como a incorporação do ambiente na sociologia proveniente da Europa e Estados Unidos tem como traço comum um caráter científico e técnico no qual são formuladas as questões, seja para interpretá-lo como algo modulado por incertezas decorrentes da sociedade de risco, seja por controvérsias científicas. Já na América Latina a relação entre natureza e a sociologia ganha contornos diferentes e uma perspectiva que leva mais em conta questões como lar (Sachs, 1996), lugar (Escobar, 2008) e conflitos socioambientais (Ascerlard, 2014, Porto-Gonçalves, 1989, etc.), os quais estão em necessário diálogo com demandas concretas, como os usos da biodiversidade, as unidades de conservação, os megaprojetos e questões cosmopolíticas envolvendo territórios tradicionais e empreendimentos capitalistas. Seja como for, a correlação entre ambiente e conflitos aqui adquire posição central nessas abordagens. (Fleury, Almeida e Premebida, 2014, p. 58).

2. A natureza como questão sociológica no Brasil: os conflitos socioambientais, cosmovisões e saberes locais, lutas pela terra.

Segundo Fleury, Almeida e Premebida (p. 59), existem três grandes grupos dedicados a pensar a questão socioambiental na sociedade brasileira: 1. Aqueles que estão em diálogo maior com a sociologia internacional, especialmente sobre arenas públicas, sustentabilidade e sociedade de risco, como Ferreira (2005) 2. Sociólogos apoiados no arcabouço teórico da sociologia crítica, influenciado pelas pesquisas de Pierre Bourdieu, e discutem os conflitos ambientais a partir de relações simbólicas e de poder/dominação, como Ascerlad (2014) e Zhouri (2010) e 3.



Autores identificados com a antropologia, que discutem conflitos socioambientais a partir da situação dos povos tradicionais e dos grandes projetos de desenvolvimento, caso de Mauro de Almeida (1996) e Carneiro da Cunha (2009).

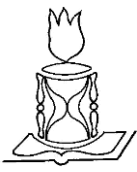
A abordagem sociológica sobre a questão ambiental no Brasil tende a estar mais atrelada à cenários e localidades específicos. Nesse sentido, optou-se por, nesta parte do trabalho, apresentar alguns dos temas centrais para a sociologia ambiental do Brasil nas últimas décadas. Iniciando pelo caso da Amazônia, no qual pretende-se expor brevemente como cada abordagem acima mencionada contribui para a construção da questão ambiental, seguiremos com a apresentação, igualmente breve, de outros três grandes objetos da área aqui estudada: o foco nos imperativos do desenvolvimento, na atividade capitalista e nos movimentos sociais e de resistência.

Amazônia, um exemplo emblemático

Quando falamos de conflito socioambientais no Brasil é preciso reconhecer a diversidade natural e territorial do país, mas também, principalmente, reconhecer o papel da Amazônia global, nacional e localmente. Estudos das três linhas acima destacadas – sobre governabilidade e arenas públicas; sobre dominação e disputa simbólica; e sobre conhecimento e cosmovisões locais – de forma que tal território se apresenta como paradigma incontornável para pensar a produção sobre conflitos socioambientais no Brasil, podendo apoiar-nos para expor, ainda que brevemente, tais leituras diversas.

Globalmente, como expõe Bertha Becker, a floresta é vista como um pulmão do mundo, ou seja, uma grande unidade de conservação – visão essa que tem a ver com a disseminação de discursos como o do ambientalismo e de um imaginário de “natureza selvagem” e, por outro, com interesses econômicos nos recursos da biodiversidade e na visão da Amazônia como grande reservatório biogenético do mundo:

“Essa valorização da Amazônia nos dá uma lição: as redes e fluxos de capital e de informação que sustentam a riqueza circulante do mundo hoje, que sustentam a globalização, não eliminam o valor da riqueza in situ, da riqueza localizada no território.” (BECKER, p. 26)



A região norte do país vivenciou uma série de ciclos de exploração: as drogas do sertão no início da colonização da Amazônia; o ciclo da borracha da *belle époque* (séc. XIX), seguido do esforço nacional de produção para atender aos países Aliados na 2ª Guerra Mundial também com o látex e, atualmente, a época da mercantilização dos “recursos florestais minerários em larga escala” e dos “produtos da biodiversidade” (BELO E ARAÚJO, 2009). O que está por detrás desse processo é o discurso de uma Região Amazônica selvagem e carecendo perpetuamente de modernização, o qual oculta a situação desta na prática estar servindo como insumo para o desenvolvimento do resto do país. Segundo Paula (2008, p. 17):

Em grande parte desconhecida, e frequentemente mitologizada, a Amazônia tem sido, de fato, uma reserva estratégica de riquezas de que o Capital, intermitentemente, lança mão para a produção de superlucros, seja como exploração das drogas do sertão, seja como fronteira passível de apropriação e valorização do capital investido na compra de terras, seja como província mineral, seja como fronteira agropecuária.

Como sugere a segunda linha de leitura sociológica sobre a relação sociedade – natureza, é fundamental que levemos em conta a dinâmica de produção de discursos e símbolos na luta classificatória sobre o que é natureza, nas diversas esferas (midiática, econômica, das organizações de direitos humanos, etc.) como a abordagem da sociologia crítica sugere. Para Henri Acselrad (2004), um dos precursores deste debate no Brasil a partir de um viés sociológico crítico, os estudos científicos, os órgãos estatais e demais atores integram uma luta classificatória pela representação legítima da natureza e distribuição do poder sobre os recursos territorializados. Um mapeamento de conflitos ou controvérsias socioambientais, em um determinado território, deve ter como cerne as construções dialeticamente simbólicas e materiais dos diferentes grupos.

Nesse sentido é impossível ignorar, como afirma Bertha Becker, que existe, à nível internacional, uma série de atores e posicionamentos sobre a região que fazem com que sua governança se dê em múltiplos níveis. Um exemplo claro é o papel desempenhado pelos organismos internacionais e organizações não-governamentais. A Amazônia tem ganhado notável visibilidade desde a década de



70 devido à difusão, especialmente internacional e no terceiro setor, da discussão sobre preservação ambiental e mudanças climáticas. Essa esfera tem desempenhado um relevante papel na denúncia às políticas econômicas predatórias dos países latinoamericanos e no apoio à comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, fazendo-o de maneira muitas vezes contraditória (com as atividades e exigências econômicas nos mesmos países europeus), além de euro e tecnocentrada, não tocando em questões como o papel histórico desses países latinoamericanos na divisão internacional do trabalho ou a mitigação da pobreza (SACHS, 1996).

Não apenas no caso amazônico (formulação que já se apresenta como generalização), mas em qualquer cenário no qual encontremos disputas pela ideia e usos da natureza, estamos necessariamente falando de relações completamente diversificadas, muitas vezes com choques entre cosmovisões específicas – ou seja, de mundo que se encontram ameaçados de extinção -, de tal forma que a abordagem abrangente da antropologia parece fundamental para trabalhar esses conflitos ontológicos (Almeida, 2008) de maneira não etnocêntrica. À nível local, são de grande importância a contribuição de antropólogos que, em trabalho conjunto com os nativos de seu respectivo lugar de estudo, dedicam-se a pensar as diversas formas de encontros e possibilidades de acordos e desacordos de cada comunidade ou população local, diante de qualquer empreendimento ou política pública que partam de outros pressupostos que aqueles por eles concebidos como reais. Esses estudos tem mostrado grande centralidade no debate socioambiental latinoamericano (ESCOBAR, 2005 e 2008) e também brasileiro, seja com povos indígenas (GALLOIS, 1985, 1991, 1996, ROSALEN, 2008), comunidades quilombolas (SAUMA, 2013) e comunidades tradicionais (BARRETO FILHO, 2006, ALMEIDA, 2009, 2013, 2015).

A retórica do desenvolvimento

Ainda, um outro aspecto central para o estudo dos conflitos socioambientais na América Latina, e consequentemente no Brasil, é a discussão em torno da ideia e da retórica do desenvolvimento e desenvolvimentismo. Isabel Loureiro (2016) expõe as origens da retórica do desenvolvimento (primeiramente utilizado por Harry



Truman, em 1949, como recupera o mexicano Gustavo Esteva³) e da sua incorporação nos discursos da Organização das Nações Unidas e na sua equiparação com a ideia de “desenvolvimento social”. Ao ressaltar a imprecisão real do conceito, defende que ele foi tão facilmente incorporado ao modo de vida ocidental de modo acrítico tanto pela direita quanto pela esquerda porque é uma derivação de outra poderosa ideia-guia da civilização ocidental, a ideia de progresso – e de que esse progresso deve ser universalizado (ou seja, todos devem, necessariamente, desenvolver-se).

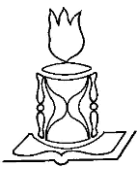
Segundo a socióloga, guardadas as inúmeras diferenças, é central do Brasil tanto nos anos de Ditadura Militar quanto no dos governos petistas a “adesão ao ideário desenvolvimentista/ neodesenvolvimentista, entendido o desenvolvimento como crescimento econômico, megaobras, megaeventos, monoculturas agrícolas, sem levar em conta os impactos sociais e ambientais sobre os povos tradicionais (mas também sobre a população urbana).” Seria impossível, portanto, falar em relação humanos – natureza sem levar em conta as práticas e retóricas do desenvolvimentismo, percebidas nestas atividades inegavelmente centrais para a economia brasileira, e que trazem à baila atores afetados e consequências de diversas ordens: a organização das comunidades indígenas e quilombolas, movimentos contra transgênicos, movimentos agroecológicos, organizações internacionais e, sem dúvida o mais influente e reconhecido deles, o Movimento dos Sem-Terras. Essas organizações e associações políticas que abordam a destrutividade do capitalismo e desenvolvimentismo no campo são outro caminho de estudos dos mais relevantes.

Acumulação por espoliação

David Harvey (2005), baseando-se no e atualizando o conceito de “acumulação primitiva de capital”, de Marx, na obra de Rosa Luxemburgo⁴

³ Ensaio “Desenvolvimento”, em Wolfgang Sachs, Dicionário do desenvolvimento, Vozes, 2000.

⁴ A autora desenvolve em “A acumulação do capital (1913)” a tese de que o imperialismo não é um estágio do capitalismo, mas uma característica central deste, o qual se expande via Estado, conquistando economias não-mercantis, pilhando natureza e mão-de-obra, evidenciando assim a relação dialética entre acumulação capitalista na metrópole com o subdesenvolvimento nos demais países.

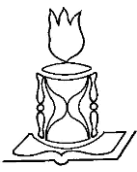


desenvolve o conceito de “acumulação por desapropriação”. O primeiro é entendido como o ato histórico de expulsão violenta decisiva para a formação do acúmulo de capital necessário pela burguesia, dando-se desde o cercamento das terras comuns no Reino Unido e a apropriação de bens de Igreja até a exploração das minas auríferas no continente Americano. Harvey afirma, a partir disso, que existe uma necessidade de desapropriações contínuas dentro da lógica contraditória da própria acumulação capitalista. Ele vê tal processo como um problema da superacumulação pois, a partir do momento que existe uma redução de investimentos nos países ricos, o capital excedente iria buscar outros mercados:

O que a acumulação por desapropriação faz é liberar uma série de recursos (inclusive a mão de obra) a custos muito baixos (às vezes, até a custo zero). Capital superacumulado pode apoderar-se desses recursos e transformá-los imediatamente em uso lucrativo” (Harvey, 2005: 149).

Segundo Levien (2014), a mão-de-obra não é para Harvey o aspecto central desse mecanismo capitalista constante, posto que falamos em localizações geográficas cuja relevância para o capital se encontra mais no bem expropriado do que no dono desapropriado.

Tal conceito mostra-se interessante para os fins do presente projeto por dois motivos principais: primeiro, por dar conta de inúmeras modalidades de conflitos agrários e socioambientais os quais países latinoamericanos têm vivenciado, destacando o papel desempenhado, por exemplo, pela pilhagem da reserva mundial de recursos genéticos por parte de empresas biotecnológicas e farmacêuticas, os direitos de propriedade intelectual sobre recursos genéticos de comunidades tradicionais e, centralmente, as privatizações da natureza e recursos naturais, os quais ocasionam a expulsão de agricultores familiares, comunidades tradicionais, povos indígenas, etc. E, depois, por atentar-se ao papel estatal neste processo de acumulação, pois, sob o pretexto de desenvolvimento e progresso, os Estados dos países periféricos se valem do seu monopólio na definição da legalidade e no exercício da violência para respaldar e promover esse processo contra a vontade dos até então habitantes do lugar (HARVEY, 2005).



Movimentos sociais, luta pela terra e o caso específico do MST

Os movimentos sociais, inseridos nesse contexto de desapropriação, são normalmente locais (a população local – camponesa, tradicional, indígenas posicionando-se contra um empreendimento específico – exploração madeireira, expansão agropecuária, projetos energéticos, etc. - que põe em risco seu uso e relação para com suas terras). E segundo Loureiro (2012), as novas fronteiras de expansão capitalistas são ainda territoriais na América Latina, mas são especialmente econômicas, com a mercantilização de tudo que ficou fora do processo de valorização do valor até então desenvolvido (por exemplo a Amazônia, as florestas asiáticas, etc.). É contra esse processo de expropriação que os movimentos sociais na América Latina tecem suas formas de resistência. Apesar de normalmente configurarem lutas locais, um deles em especial, adquire um caráter nacional para uma pauta igualmente nacional, que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Para Loureiro, apesar de ser um movimento que surge da inspiração dos movimentos de luta pela terra anteriores (desde o Quilombo dos Palmares até as Ligas Camponesas, último movimento nacional com essa finalidade antes do MST), suas raízes estão no uso da terra e na formação e manutenção de latifúndios que politicamente é implantada no Brasil desde a colonização e especialmente após a Lei de Terras em 1850.

Essa, após a proibição do tráfico de escravos, dificulta a aquisição de terras por ex-escravos e camponeses através da venda destas por um alto preço, apesar da enorme quantidade de terras subutilizadas no país (p. 9).

Desde então temos a reiteração de uma elite latifundiária com práticas políticas que dificultam a posse da terra pelo pequeno produtor. Durante a ditadura, através da criação de um sistema de créditos e subsídios, vemos um aumento das áreas de monocultura junto de uma mecanização da agricultura, as quais levam, em duas décadas, ao êxodo rural de cerca de 30 milhões de pessoas (p. 11). A tese de Loureiro é de que nos governos petistas, apesar da não criminalização do MST como nas gestões Collor e Fernando Henrique Cardoso e obviamente durante o período



militar, adotou-se uma política econômica desenvolvimentista, colocando-se no cenário mundial

principalmente como uma excelente praça de valorização financeira (graças a taxas reais de juros entre as mais elevadas do mundo), retroagindo, na esfera produtiva, ao papel que tinha quando colônia, qual seja, o de exportadora de produtos primários e de baixo valor agregado, com o agronegócio à frente. (p. 12).

Diante da retirada da reforma agrária da pauta dos governos petistas, há uma mudança de tática por parte do movimento. Abandona-se a reivindicação de uma reforma agrária clássica através da democratização da propriedade da terra, e passam a defender também, além da desapropriação dos latifúndios improdutivos, a reorganização de uma matriz agrícola nacional para uma nova, com tecnologias baseadas na agroecologia (pequenos latifúndios com diversidade de cultivos) e da ampla democratização da educação no campo (p. 18).

Tal mudança de reivindicação se alinha com os atuais desafios e acúmulos do Brasil e, por que não, da América Latina em um geral. Como discutido acima, a discussão da sociologia ambiental na Europa apresenta um importante subsídio para pensarmos o papel da ciência e dos preceitos da modernidade e do capitalismo quanto à relação que estabelecemos com a natureza. Mas a produção na América Latina e especificamente no Brasil, tende a levar em conta processos específicos de expropriação e conflitos pela terra que configuram as questões agrárias de cada território nacional. Processos esses que são frutos do papel econômico desses países e da retórica desenvolvimentista propagada em diversos âmbitos (nacionais, internacionais e locais), e que devem necessariamente levar em conta outras formas de produção e relação com a terra, as quais oferecem resistência a esse modelo.

Referências Bibliográficas



ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 35-62.

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p.13-36.

ARAÚJO, M.A e BELO, P.S. Grades projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 2, p. 265-277, 2009.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de ; REZENDE, R. S. . Uma Nota Sobre Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação. Ruris (Campinas) , v. 7, p. 185-195, 2015.

ALMEIDA, Mauro W. B. de (org.). Conflitos sociais no “Complexo Madeira”. Manaus: UEA Edições, 2009.

ALMEIDA, Mauro W. B.. Caipora e outros conflitos ontológicos. Revista de Antropologia da UFSCar, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013

ALMEIDA, Jalcione. O campo da pesquisa e das ações sobre o meio ambiente. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2004.

BARRETO FILHO, Henio Trindade. 2006. "Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção". In: C. Adams, R. Murrieta.

BECK, Ulrich. Risk Society: towards a New Modernity. London: Sage, 1992.

BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: Território, Territórios: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial. Ed. Lamparina. Rio de Janeiro, 2006.



CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: CosacNaify, 2009.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Maurício. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341-374.

FERREIRA, Leila da C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. Política & Sociedade, n. 7, p. 105-118, out. 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin . Controle Territorial e Diversificação do Extrativismo Entre Os Waiãpi. ACONTECEU POVOS INDÍGENAS, SÃO PAULO, v. 91, 1996.

GALLOIS, Dominique Tilkin . Trajetoria de Uma Tentativa de redução de uma Area Indigena: A Flona Waiapi. ACONTECEU POVOS INDIGENAS/87-90, São Paulo, v. 18, p. 216-222, 1991.

GALLOIS, Dominique Tilkin . Os Waiapi e Os Garimpos. ACONTECEU POVOS INDIGENAS/84, São Paulo, v. 15, p. 106-107, 1985.

HANNIGAN, John A. Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.

Haraway, Donna. Simians, Cyborgs, and Women: the Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1991
LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

JASANOFF, Sheila. States of Knowledge: the Co-Production of Science and Social Order. Routledge: London and New York, 2006.

LATOUR, Bruno. Reassembling the Social: an Introduction to Actor-Network-Theory. New York: Oxford University Press, 2005.

LOUREIRO, Isabel. "Resistências à acumulação primitiva: o caso do MST". Socialismo ou barbárie – Rosa Luxemburgo no Brasil. .Loureiro (Org.), Luxemburg Stiftung, 2008.



LOUREIRO, Isabel. "Desenvolvimento para quê?". Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. Disponível em: <http://rosaluxspba.org/desenvolvimento-para-que/> - acesso em 01/10/17.

MATTEDI, Marcos A. Dilemas da abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológica, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia. In: XXIV Congresso Latino-americano de Sociologia, Anais... Arequipa, 2003.

O'CONNOR, John. Is Sustainable Capitalism Possible? In: O'CONNOR, Martin (ed.), Is Capitalism Sustainable? New York: Guilford, 1994.

PAULA, José Antonio de. Amazônia: Fronteira e Acumulação do Capital. In: RIVERO, Sérgio, JAIME, Frederico (org). As Amazônias do Século XXI. Belém: Editora Universitária-UFPA, 2008.

SCHNAIBERG, Allan. The Environment. New York: Oxford Univ. Press. 1980.

STENGERS, Isabelle. Cosmopolitiques I. Paris : Éditions la Découverte, 2003a (1997).

STENGERS, Isabelle. Cosmopolitiques II. Paris : Éditions la Découverte, 2003b (1997).

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010